

DIREITO CONSTITUCIONAL, PREVIDENCIÁRIO E AMBIENTAL

1) A Secretaria de Estado de Segurança Pública formula consulta à Procuradoria-Geral do Estado acerca da possibilidade de realização de revista íntima para fins de ingresso nos estabelecimentos prisionais do Estado. Discorra, como Procurador do Estado, de forma sucinta, acerca dos preceitos constitucionais a serem abordados na orientação que deverá ser contrária a possibilidade de realização da revista. (total de pontos: 1,50) →

2) Responda: (total de pontos: 1,50)

a) Em que consiste a técnica da modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade?
b) De acordo com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal a técnica de modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade pode ser aplicada em âmbito de não recepção? Justifique. ✓

3) A empresa "X" impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, contra ato judicial da lavra do Desembargador ("Y") que, por sua vez, atribuiu efeito suspensivo ao recurso de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado de Mato Grosso do Sul.

A impetrante sustentou que o novo parágrafo único do artigo 527 do Código de Processo Civil, na redação dada pela Lei n.º 11.187/2006¹, veda a interposição de recurso da decisão que recebe o agravo no efeito suspensivo.

O Relator concedeu a liminar, cassando o efeito suspensivo concedido no Agravo de Instrumento estatal. Como Procurador do Estado aponte os fundamentos constitucionais a serem invocados no Agravo Regimental a ser interposto pelo Estado. (total de pontos: 1,50)

4) Foi editada lei estadual que obriga os ofícios do registro civil a enviar cópias das certidões de óbito ao Tribunal Regional Eleitoral. Discorra sobre o fundamento constitucional da defesa do Estado em ação direta de inconstitucionalidade por alegada usurpação da competência privativa da União para legislar sobre registros públicos (CF, art. 22, XXV). (total de pontos: 1,00)

5) A empresa KWXYZ Ltda. requereu e, após regular processo administrativo, conseguiu junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) a expedição da licença de operação de um empreendimento potencialmente lesivo ao meio ambiente, nos termos da legislação em vigor.

O prazo de validade da referida licença de operação foi fixado no mínimo permitido na legislação ambiental, a saber, em 4 (quatro) anos.

No final do 2º (segundo) ano de efetiva execução do projeto em tela, a SEMA pôde constatar, por meio de dados advindos de novas pesquisas realizadas por seu corpo técnico, uma nocividade do empreendimento ao meio ambiente que não havia sido detectada quando da expedição da licença de operação em razão dos escassos recursos tecnológicos então existentes.

¹ Art. 527 - Recebido o agravo de instrumento no tribunal, e distribuído incontinenti, o relator: (Alterado pela L-0010.352-2001)

I - negar-lhe-á seguimento, liminarmente, nos casos do art. 557;

II - converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa: (Alterado pela L-011.187-2005)

III - poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso (art. 558), ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão;

IV - poderá requisitar informações ao juiz da causa, que as prestará no prazo de 10 (dez) dias;

V - mandará intimar o agravado, na mesma oportunidade, por ofício dirigido ao seu advogado, sob registro e com aviso de recebimento, para que responda no prazo de 10 (dez) dias (art. 525, § 2º), facultando-lhe juntar a documentação que entender conveniente, sendo que, nas comarcas sede de tribunal e naquelas em que o expediente forense for divulgado no diário oficial, a intimação far-se-á mediante publicação no órgão oficial: (Alterado pela L-011.187-2005)

VI - ultimas as providências referidas nos incisos III a V do caput deste artigo, mandará ouvir o Ministério Público, se for o caso, para que se pronuncie no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. A decisão liminar, proferida nos casos dos incisos II e III do caput deste artigo, somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar. (Alterado pela L-011.187-2005)

Com base nessas pesquisas, o Governo do Estado Mato Grosso do Sul baixou nova regulamentação para aquele tipo de empreendimento e determinou que os particulares adequassem os seus projetos às novas regras de proteção ambiental no prazo de 60 (sessenta) dias, findos os quais, se não apresentado requerimento para expedição de nova licença de operação, com as medidas mitigatórias exigidas, seriam canceladas todas as licenças até então expedidas.

A empresa KWYZ Ltda. impetrou mandado de segurança, com pedido de liminar, sustentando, em síntese, que a nova legislação violava os postulados do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e do livre exercício da atividade econômica, razão pela qual o Governo do Estado deveria dispensá-la do cumprimento das novas exigências ou, alternativamente, indenizá-la pela cassação abrupta da licença expedida em conformidade com a legislação ambiental vigente à época da análise do processo administrativo.

Deduza, de forma resumida, a fundamentação jurídica a ser veiculada na defesa do Estado, indicando as normas pertinentes ao caso. (total de pontos: 1,50)

6) A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP propôs, junto ao Supremo Tribunal Federal, ação direta tachando de inconstitucional a Lei nº 3.041, de 07.07.2005, do Estado de Mato Grosso do Sul, que instituiu no âmbito da administração pública a Certidão Negativa de Violação aos Direitos do Consumidor (CNVDC), “que será exigida das pessoas físicas ou jurídicas que participem de licitação, sob qualquer uma de suas modalidades, ou que negociem habitualmente com a Administração Pública”.

Argumentou, em síntese, a favor da sua respeitável tese, que a exigência da apresentação da referida certidão (CNVDC) ofende a competência legislativa privativa da União consagrada no inciso XXVII do art. 22 da Constituição Federal, qual seja, editar normas gerais de licitação, uma vez que ao exigir tal certidão “dispõe sobre norma geral referente ao processo licitatório deste ente federativo”.

Aduz ainda que a Lei de Licitações e Contratos Administrativos – LLCA (Lei nº 8.666, de 21.06.1993) “elencava exaustivamente as certidões necessárias e exigíveis para a participação em procedimentos licitatórios, não havendo margem para os Estados e Municípios legislarem sobre o tema”.

Instada a subsidiar o trabalho da Procuradoria-Geral do Estado, a Assembléia Legislativa informou que a Lei nº 3.041, de 07.07.2005, revogou a Lei nº 2.453, de 23.05.2002, que, por sua vez, havia revogado a Lei nº 1.537, de 23.11.1994, que, por seu turno, havia revogado a Lei nº 1.399, de 16.07.1993, todas elas respeitantes à instituição da aludida Certidão Negativa de Violação aos Direitos do Consumidor (CNVDC).

Deduza, de forma resumida, a fundamentação jurídica a ser veiculada na defesa do Estado, indicando as normas pertinentes ao caso. (Observa-se que a resposta do candidato independe do conhecimento do teor e/ou utilização das disposições das leis referidas). (total de pontos: 1,50)

7) Foi proposta uma ADIn no TJMS, promovida com base em norma da Constituição Estadual, que tem por fundamento uma norma de reprodução obrigatória (v.g., regra do processo legislativo ou de repartição das receitas tributárias). Posteriormente, foi instaurado processo de fiscalização normativa abstrata perante o STF, em que se postula a invalidação desse mesmo diploma normativo estadual, agora questionado em face da Constituição Federal.

Com base nesses dados, responda: (total de pontos: 1,50)

a) Qual a consequência para a ADIn Estadual? Aplica-se o instituto da litispendência, com a extinção deste feito? Justifique.

b) Não ocorrendo a extinção da ADIn estadual, qual será a consequência caso a ADIn ajuizada perante o STF seja julgada improcedente? Caso a ADIn federal seja julgada procedente, o que ocorre com a ADIn estadual?